

DIRETRIZES CURRICULARES REFERENCIAIS DA BAHIA: implicações e desafios na rede estadual no município de Piatã-Ba

ILENI DE ARAÚJO CARAÚBA SILVA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

REGINALDO SANTOS PEREIRA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo

O chamado normativo a partir da implantação do Novo Ensino Médio em todo o Brasil produziu o documento Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia de forma que todas as Unidades Escolares da Rede Estadual organizassem os planos a partir das indicações expressas para os Ensinos médio, integral, técnico e modalidades. Este estudo, de abordagem qualitativa, tem como objetivo analisar o impacto que a implementação do novo Ensino Médio provoca nas aprendizagens dos estudantes, especificamente no município de Piatã-Bahia, bem como problematizar os mecanismos adotados pelo órgão central na formação dos agentes educacionais para atuarem com o Novo Ensino Médio.

Palavras-chave: BNCC. DCRB. Novo Ensino Médio.

Abstract

The normative call stemming from the implementation of the New High School throughout Brazil produced the document "Referential Curricular Guidelines for Bahia", so that all State School Units could organize their plans based on the explicit indications for high school, integral education, technical education, and modalities. This qualitative study aims to analyze the impact that the implementation of the new High School has on students' learning, specifically in the municipality of Piatã-Bahia, as well as problematize the mechanisms adopted by the central body in training educational agents to work with the New High School.

Keywords: BNCC. DCRB. New High School.

Introdução

As discussões em torno do fracasso do modelo de currículo do Ensino Médio não são dessa década. Os resultados negativos nos indicadores acadêmicos do Brasil e da Bahia revelados pelos exames externos já exigiam mudanças na política educacional dessa etapa importante da educação básica.

As dificuldades na execução do currículo na Bahia são diversas e perpassam por vários campos: rotatividade de professores, ausência de coordenadores pedagógicos, escolas pequenas

na zona rural, ingresso de estudantes com baixa proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, infraestrutura precária dos prédios para adequar ao público jovem, dentre outros.

Nesse contexto, a proposta do Novo Ensino Médio encontrou um grande adversário nos anos de 2020/2021: a pandemia pelo covid-19. Dois anos sem a rotina habitual das aulas nas escolas provocaram um abismo na compreensão do modelo a ser adotado. São muitas dúvidas e dificuldades, poucos esclarecimentos e muitas angústias na compreensão do novo modelo.

A partir da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- em vigor no Brasil, apresentou com mais ênfase nas escolas, na academia, nos discursos políticos e técnicos a necessidade da formação continuada de professores da educação básica. A formação de professores passou a ser fato relevante para a preparação de cidadãos conscientes.

Nessa perspectiva, a formação continuada possibilita ao docente a aquisição de conhecimentos específicos da profissão, se tornando assim, mais preparados para atender às novas exigências, em especial àquelas relacionadas ao Novo Ensino Médio, para que o educador se atualize, participando ativamente do estudo e se inteirando no exercício da função.

A presente pesquisa, em andamento, tem por objetivo identificar como os professores e professoras da Rede Estadual de Ensino da Bahia do Colégio Estadual Coronel Horácio de Mattos estão inseridos nas mudanças que ora se apresentam, em especial, no momento da reunião pedagógica semanal. Em decorrência da preposição geral do estudo objetiva-se especificamente caracterizar os aspectos referentes à formação continuada dos professores do ensino médio, bem como analisar a relação entre formação continuada e o desenvolvimento profissional do professor e da escola de ensino médio da rede estadual de ensino.

A qualidade do ensino está diretamente relacionada à maneira pelo qual os educadores direcionam sua prática na sala de aula e com os estudantes. Os indicadores de aprendizagem verificados nos exames de avaliação externos apontam dados gravíssimos sobre a má educação ou má aprendizagem na educação básica brasileira. Esses indicadores estão diretamente relacionados com o exercício da função dos professores, bem como a formação mínima dos mesmos. Nesse contexto, a formação continuada dos educadores é uma necessidade para acompanhar as mudanças que ocorrem no processo ensino-aprendizagem.

A temática central das discussões neste momento centra-se sobre a implantação do Novo Ensino Médio, e o sucesso ou não dessa proposta recai sobre os mecanismos adotados pelos órgãos central e estadual na formação dos agentes da educação dentro e fora das escolas. Verificar o espaço onde acontece a formação continuada dos professores nas Unidades Escolares é necessário para promover as mudanças que se apresentam nos documentos

norteadores da proposta do currículo no Ensino Médio e na construção dos Referenciais Curriculares da Bahia. Na escola, a formação continuada e em serviço encontram desafios e entraves no movimento para atender as necessidades e exigências postos na nova proposta.

A inserção da nova política educacional coincidiu-se com o retorno das aulas presenciais, suspensas em todo o Brasil e na Bahia, após o controle da Pandemia do Covid-19. O retorno revelou as dificuldades didáticas-pedagógicas já conhecidas, porém agravadas pela suspensão. Também é foco dessa pesquisa conhecer as condições teóricas e práticas que se apresentam/apresentaram no percurso formativo dos docentes na rede estadual de ensino da Bahia e sua relevância para a melhoria do ensino na escola pública na cidade de Piatã.

Diante do exposto, apresentamos a seguinte problematização: a implantação do Novo Ensino Médio, a partir das Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia, favorece a aprendizagem dos estudantes num contexto pós pandemia? Como objetivo geral, intencionamos analisar as condições impostas pela Secretaria da Educação da Bahia no estudo das Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia e sua implantação para a efetivação no Novo Ensino Médio no Colégio Estadual Coronel Horácio de Matos, na cidade de Piatã. E, especificamente: i) Analisar a implementação do Novo Ensino Médio na Bahia; ii) Identificar quais são as bases normativas legais que amparam a nova configuração do Ensino Médio na Bahia; iii) Conhecer a matriz curricular proposta para o Novo Ensino Médio; iv) Explorar as orientações determinadas pela Secretaria da Educação da Bahia sobre as Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia e; v) Verificar a política de formação continuada existentes nas reuniões pedagógicas da Unidade Escolar.

O Novo Ensino Médio e o Currículo

Ao logo dos anos, os desafios do Ensino Médio apontavam que o modelo adotado não alcançava de maneira produtiva os anseios de seu público: os jovens. Todos os estudos e dados revelavam a necessidade de modificar o currículo dessa etapa da educação básica. A reforma do Ensino Médio está fundamentada na Lei 13.415/2017 que altera a Lei 9394/1996 modificando sobretudo os artigos voltados para a estruturação dos currículos.

Desde a aprovação da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, e estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio no país, os Estados se mobilizaram para a elaboração dos seus referenciais curriculares, condição essencial para a implementação da reformulação do Ensino Médio (Bahia, Documento Orientador, Ano letivo 2022, p. 6).

A nova proposta procura atingir as necessidades dessa juventude, pois o novo Ensino Médio coloca o jovem no centro da vida escolar, de modo a promover uma aprendizagem com maior produtividade e que estimule seu desenvolvimento. Olhando a linha do tempo da educação, o Plano Nacional da Educação (2014) aponta metas para serem cumpridas em relação a essa etapa da educação básica e inclui a necessidade de elaborar uma Base Nacional Comum Curricular Comum (BNCC).

A BNCC apresentou o olhar sobre as aprendizagens a serem desenvolvidas pelos estudantes e planejadas pelos docentes, por meio de competências, habilidades, atitudes e valores e assim, resolver aspectos da sua vida cotidiana, exercer a cidadania e do mundo do trabalho. O currículo, portanto, deve ser ou deveria ser elaborado de forma que o estudante tenha autonomia e protagonismo. A BNCC elenca dez competências básicas para serem desenvolvidas ao longo da educação básica sintetizadas em: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo; Repertório cultural; Comunicação; Cultura digital; Trabalho e projeto de vida; Argumentação; Autoconhecimento e autocuidado; Empatia e cooperação e Responsabilidade e cidadania.

Além da BNCC, outros normativos e documentos elaborados pelo Conselho Nacional de Educação orientaram e apoiaram os sistemas de ensino e as redes e unidades escolares no processo de implementação da reformulação do ensino médio. Esse movimento também chegou aos educadores e pesquisadores, a órgãos e entidades educacionais e, nesse processo, aparentemente democrático e coletivo resultou em linhas para a elaboração dos referenciais curriculares nos estados e, conseqüentemente, nos municípios. Na Bahia, a partir de

4500

Uma perspectiva sócio-histórica, [...] apresenta[r] um Referencial Curricular que se fundamenta em uma educação que promova o desenvolvimento do gênero humano, por meio da apropriação dos conhecimentos, historicamente construídos pela humanidade, sem deixar de promover a valorização e preservação de saberes e conhecimentos da cultura e tradições dos agrupamentos humanos em que vivem, nos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade do estado (Bahia, DCRB, 2022, p. 15).

Base não é currículo. Assim, posto e definido, as decisões desse processo e a configuração de que a produção desses referenciais acarretaram inúmeros questionamentos que, em algumas situações, não deixaram de ser uma imposição dos órgãos às unidades escolares, desconsiderando as diferentes realidades das unidades escolares, estrutura física, localização e quadro de pessoal. A verticalização das decisões levantou dúvidas, questionamentos, apatia e descrédito na aplicação, funcionamento e resultado da nova estrutura do Ensino Médio. Nesse

contexto, uma pergunta se faz necessário: de quem é a responsabilidade pela formação continuada dos docentes no âmbito da escola? A resposta indica que é na Unidade Escolar, mais precisamente na sala de aula que o currículo do Novo Ensino Médio se constitui enquanto transformação da aprendizagem dos estudantes.

Diretrizes Curriculares Referencias da Bahia: E agora?

É de conhecimento público que a Bahia deixou para bem perto do prazo final determinado pela Lei 13.415/2017 a implementação de ações para acompanhar a reforma do ensino médio em toda a sua rede de ensino e, de certa forma, concomitantemente, o contexto pandêmico da covid 19 contribuiu para que agravasse a situação. Durante a pandemia, as aulas foram suspensas de forma presencial e, na amplitude que a implementação exigia, a forma remota não era metodologia eficaz para tal.

Em 2019, a Bahia iniciou o processo de implementação nas 544 escolas-piloto da rede estadual que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (Portaria MEC nº 649/2018) e, nesse mesmo ano, deu início ao processo de elaboração do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB - volume II - etapa Ensino Médio. Em 2020 foi iniciada a implementação de uma nova arquitetura curricular nessas escolas, porém a pandemia da COVID-19 impôs a suspensão das atividades letivas e, assim sendo, a implementação foi prorrogada para o Continuum Curricular 2020/2021 (Bahia, 2022, p. 5).

4501

As fragilidades diante das mudanças no currículo e a ausência ou pouco suporte para as escolas-pilotos da rede estadual promoveram impactos negativos no trabalho docente, já fragilizada pelo cenário pandêmico e pelas dificuldades tecnológicas e econômicas dos estudantes e pela chegada dos novos coordenadores pedagógicos que, de certa forma, não dominavam a teoria que sustentavam a reforma do ensino médio.

Na jornada pedagógica de 2020, a Secretaria da Educação disponibilizou no site institucional o documento orientador do ano letivo de 2022, Novo Ensino Médio para que as unidades escolares apresentassem todas as orientações aos seus professores. No entanto, em relação ao Ensino médio não houve uma sistematização com a participação dos educadores, coordenadores pedagógicos e diretores. A versão final do Documento coincidiu com o período eleitoral de 2022 e fragmentou-se toda discussão necessário para a compreensão e questionamentos acerca do documento. Qual a consequência disso para o entendimento na prática pelas Unidades Escolares?

O documento aponta que sua elaboração foi para garantir as aprendizagens essenciais, com organização curricular que promova a formação integral para fortalecer uma sociedade democrática de direitos, com o trabalho sistemático do docente. Se a docência é necessária para que o estudante tenha garantido seus direitos a aprendizagens, como cumprir sua finalidade sem a orientação e acompanhamento adequados e em tempo real com os educadores?

A visão estratégica e a ideologia que firmam o trabalho desenvolvido pela escola devem apontar o espaço e os sujeitos de dentro da escola como o ambiente ideal e necessário para a formação de todos que ali trabalham. Nesse aspecto, a equipe diretiva- direção e coordenação pedagógica- tem um papel importante, dada a influência que possuem na criação de um clima propício para as garantias das condições de trabalho que o professor necessita ao referir-se a sua formação continuada em serviço. Nesta perspectiva,

A partir do momento que a escola for devidamente utilizada como um local possível para estabelecer um diálogo aberto sobre as dificuldades que aparecem no decorrer do processo de ensino, para trocar experiências e construir novas aprendizagens, para fazer novas relações, para debater problemas que aparecem no cotidiano da sala de aula e dos demais espaços que ela dispõe, estará capacitando seus docentes e a própria instituição como um todo (Vogt, 2001, p. 2).

Ao expressar sua política de formação profissional norteada pelo Projeto Político Pedagógico da escola implica afirmar na percepção de que a escola contribui muito para a formação continuada, num movimento contínuo de prática e teoria.

4502

Abordagem metodológica

O aspecto metodológico deste projeto de pesquisa buscará entender os métodos de investigação adotados pela pesquisa responsável pelo embasamento do estudo. Na construção da pesquisa é muito importante fazer o delineamento das suas etapas, pois

É essencial que haja reflexão sobre a visão de mundo e de construção do conhecimento que embasa uma pesquisa, pois só assim será possível avaliar a qualidade, a consistência e a coerência da estratégia, do processo de pesquisa e da análise dos seus resultados. Isso implica compreender e tornar clara a ontologia, a epistemologia e, conseqüentemente, o paradigma de pesquisa que fundamentam o método de pesquisa utilizado (Sacco, 2009, p. 252).

Nesse sentido, entendemos a importância da pesquisa e os seus direcionamentos metodológicos. À medida que conhecemos as ferramentas da pesquisa, mais íntimo tornamos, do processo de investigação, como também da própria construção do conhecimento.

Com relação às percepções da pesquisa e a sua área do conhecimento o trabalho baseia-se na concepção ontológica, de interação entre sujeito-objeto e como perspectiva de estudo a epistemologia. De acordo com Saccol, (2009, p. 253) ao citar a interação entre sujeito-objeto acredita que “[a realidade social é o produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas, isto é, ela resulta de uma construção social]”.

Já com relação à epistemologia que se baseia a pesquisa, ou seja, o que sustenta o estudo da pesquisa é a construtivista. A autora afirma que esse conhecimento é produzido pelo processo de construção da relação do sujeito e objeto com o mundo, respeitando os valores e suas percepções coletivas.

Assim, podemos dizer que a interação sujeito e objeto, assim com a concepção construtivista tem um importante papel na pesquisa, uma vez que produz uma intersubjetividade dos fenômenos explorados, ampliando a capacidade de produção das atividades humanas.

O projeto de pesquisa tem uma abordagem qualitativa, com o intuito de investigar os fenômenos sociais, e nessa abordagem o pesquisador é considerado sujeito e objeto da pesquisa. Segundo Minayo et al (2016), este enfoque tem como característica a capacidade de explorar as relações produzidas pelos sujeitos da pesquisa, considerando os seus valores, crenças e atitude. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa reconstrói o significado dos envolvidos da pesquisa valorizando diferentes modelos de pensamentos, criticando o modelo único de fazer ciência. A pesquisa é de natureza aplicada, pois tem como objetivo aplicar o produto educacional a fim de solucionar os problemas locais encontrados com a pesquisa.

A pesquisa apresenta-se como exploratória. Gil (2008), afirma que esse tipo de pesquisa amplia a aproximação do pesquisador com o problema da pesquisa, podendo esclarecer ou modificar determinados conceitos. Assim, podemos ter uma compreensão de novos conceitos, uma vez que a pesquisa exploratória é flexível com relação ao seu planejamento, de modo que se necessário passará por modificação.

A pesquisa usará como técnica de instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, entrevista e questionário. A seguir falaremos um pouco de cada instrumento.

A pesquisa bibliográfica exerce uma importante função na construção do trabalho, são os meios usados pelo pesquisador para reunir as informações, através de artigos, revistas, livros, material de comunicação visual, oral etc. De acordo com Lakatos e Marconi (2009), ela representa o conjunto do marco teórico da pesquisa. Vale destacar que esse tipo de técnica amplia a capacidade de discussão, pois ao ser a sua apropriação produz novos conceitos científicos.

A entrevista, um dos instrumentos mais usados nas pesquisas sociais representa a fala dos personagens da investigação. Minayo e Costa (2018), aponta a importância dessa forma de coleta pelo posicionamento do entrevistado sobre uma temática. Existem vários tipos de entrevistas, estruturada, semiestruturada, aberta, fechada etc. Aqui destacaremos apenas a semiestruturada, que será utilizada na pesquisa. Os autores afirmam que a,

Entrevista semiestruturada, que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados (Minayo; Costa, 2018, p. 142).

Nesse contexto, a entrevista semiestruturada tem a capacidade garantir o posicionamento do entrevistado, permitindo um espaço para que ele possa expressar suas experiências sobre a temática, não apenas por um roteiro orientado, mas que tenha objetivo proposto.

Para a concretização dessa pesquisa, trazemos como método do estudo a análise crítica dos documentos oficiais produzidos para a implantação do Novo Ensino Médio na Bahia e adotados durante a escrita. Nesse sentido, pretende-se examinar as resoluções dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, portarias da Secretaria Estadual da Educação da Bahia e reflexões sob a luz da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Os sujeitos da pesquisa serão os educadores do Colégio Estadual Coronel Horácio de Mattos, do município de Piatã que responderão aos questionários e entrevistas no decorrer das análises dos processos de formação continuada e em serviço a fim de nos proporcionar os esclarecimentos essenciais a partir das reuniões pedagógicas.

Para alcançarmos o nosso propósito, trazemos, como principais meios de estudo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (2022) destinado às ofertas do Ensino Médio, o Documento Orientador Novo Ensino Médio (2022) sobre a ano letivo 2022 e as pesquisas no âmbito do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar em estudo.

O projeto de pesquisa passará pelo processo de avaliação do Comitê de Ética Os envolvidos na pesquisa, os discentes e o docente que serão convidados a participar da pesquisa, terão acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para analisar a sua possível participação com o estudo. Assim como os responsáveis pela instituição onde será realizada a pesquisa também assinará o termo de autorização.

Considerações Finais

Os questionamentos levantados neste artigo têm como alvo inicial as implicações no currículo a partir da reforma no Ensino Médio e normatizadas na organização do documento Referencial Curricular da Bahia, bem como o reflexo desse processo no trabalho diário da rotina escolar e, especialmente, na dos educadores e educadoras. Neste estudo o desafio é verificar nos diferentes arranjos disciplinares apontados nas Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia se se efetiva a aprendizagem necessária para que os estudantes tenham o direito a educação garantida em Lei e, ao mesmo tempo, se os órgãos competentes cumprem sua finalidade e obrigações.

Referências

BAHIA. Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia (DCRB). Etapa do Ensino Médio. Versão Final. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BAHIA. Documento Orientador Ano Letivo 2022. Novo Ensino Médio de Tempo Parcial. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em: 10 de jul. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96. Disponível em: <portal.mec.br/arquivos/pdf/idb.pdf.> Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Educação- Lei 13.005/2014. Disponível em Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 24 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas S/A, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de pesquisa qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 39, p. 11-26, 2018. Disponível em:

<<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/article/view/6439>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília *et al.* **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade - Série Manuais Acadêmicos, 2016.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Rev. Adm.**, UFSM, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/1555>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

VOGT, Grasiela Zimmer. Formação continuada de professores e reunião pedagógica: construindo um estado de conhecimento. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2229/2041>. Acesso em 16 ago. 2021.

Autora 1



Ileni de Araújo Caraúba Silva

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordenadora Pedagógica da Rede Estadual de Ensino da Bahia.

E-mail: ilenicarauba@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0822028058105168>

Orcid:0009-0002-7335-2798

Autor 2



Reginaldo Santos Pereira

Doutor em Educação (UFSCar). Professor do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

E-mail: reginaldouesb@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6548838603242766>

Orcid:0000-0001-6169-9773